



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
BAHIA
Campus Eunápolis
caubne enuápolis
IFBA



pindorama
Revista Eletrônica Científica do IFBA
pindorama

**Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA Nº 02 – Ano 3 – junho/2012 –
www.revistapindorama.ifba.edu.br**

REFLEXÃO DOS PROFESSORES ACERCA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

MARIA EMÍLIA DOS S. GONÇALVES

Bacharel em Enfermagem. Professora e Coordenadora do Curso Técnico em
Enfermagem. IFBA/Campus Eunápolis/Bahia. Especialista em Formação
docente. Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica
na Modalidade de Jovens e Adultos.

Curriculum lattes

[https://www.cnpq.br/curriculoweb/pkg_menu.menu?f_cod=50839DD810CB518
A20E85CF5C393E481](https://www.cnpq.br/curriculoweb/pkg_menu.menu?f_cod=50839DD810CB518A20E85CF5C393E481)

E-mail: emiliasam2009@hotmail.com

RESUMO

Este artigo é fruto de pesquisa realizada em 2008 e surgiu a partir de questões para a reflexão utilizadas na disciplina de “Gestão democrática da educação” do Curso de especialização em educação profissional integrada à educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, no qual fiz parte como discente. Teve como objetivo avaliar as reflexões de professores acerca da Gestão democrática da educação. Desta forma foi aplicado questionário semi-estruturado contendo 04 questões (Anexo 01). Foram selecionados 15 (quinze) professores do CEFET/Unidade de Eunápolis (atual IFBA/Campus Eunápolis), de forma aleatória segundo a vontade de participar ou não do estudo. Sendo que somente 06 (seis) professores devolveram os questionários preenchidos. O professor foi orientado quanto o caráter científico e sigiloso da pesquisa, sendo solicitado ao mesmo sua assinatura no “Termo de autorização de pesquisa” (Anexo 02). Após a explicação inicial e a adesão do professor, foi entregue o questionário e estipulado o prazo de 04 dias para a devolução. Para a análise dos resultados, as respostas foram interpretadas individualmente e em seguida foram identificadas (em cada resposta) palavras e expressões convergentes e/ou divergentes á Gestão democrática da educação.

Palavras-chave: Gestão democrática; Educação; Autonomia.

Quando falamos em educação devemos ter claro que esta deve ser analisada no seu contexto histórico e social. Histórico, pois acontece num dado momento e social por tratar de relações que os indivíduos estabelecem entre si e com o meio. Assim, a forma como a educação é conduzida vai de encontro com o momento em que determinada sociedade se encontra, sendo utilizada muitas vezes para dar conta de situações sociais naquele momento. Nesse sentido, Pasqualoto (2006) analisa como a educação tem sido utilizada pelo sistema capitalista numa sociedade cada vez mais excludente e contraditória.

Pensar na educação como massa de manobra de um sistema econômico, nos faz refletir sobre o momento atual na qual o neoliberalismo é tão latente. Desta forma embora o neoliberalismo não seja o foco central deste estudo, é importante entendermos um pouco da sua interface com a gestão democrática da educação.

Para Anderson (1995), o neoliberalismo como nova configuração do sistema capitalista não é algo da atualidade. Como ideologia surge após a II Guerra Mundial, como reação ao Estado intervencionista e de bem estar. Com o fim do Socialismo real e da “Guerra Fria”, o Estado passa a ser visto como oneroso, ineficiente, corrupto e burocrático. Assim, o Estado que mantinha a ordem social agora deve ser minimizado, sendo instaurado o “Estado mínimo”, na qual as atribuições do Estado diante da economia e da sociedade são transferidas.

Na educação não foi diferente e o discurso neoliberal leva para a escola palavras como qualidade total, ensino que atenda a necessidade do novo mercado, flexibilização, participação... Nesse sentido, Tomaz Tadeu analisa que o ataque neoliberal à educação se apoia em uma série de estratégias dentre elas, a recontextualização, ou seja, as palavras tomam de um novo significado. São importadas das lutas sociais e são utilizadas para atender ao fim do neoliberalismo. Assim, o autor afirma: [...] “é, pois, importante nesses tempos de retrocesso democrático, prestar atenção ao processo de criação e recriação de categorias e termos que definem e redefinem o social, o político e no nosso caso o educacional” (TOMAZ TADEU, 1996, P.167-168). É importante retirar o véu que nos impede de ver e melhor refletir sobre que educação e que gestão democrática queremos.

Desta forma, na tentativa de entendermos a Gestão democrática da educação na atualidade e definirmos que gestão democrática queremos, procurarmos lançar os olhos na história e perceber de que forma se deu a sua construção e desconstrução. Cabral Neto e Rodrigues (2008), ao fazerem um recorte na história da gestão democrática, analisam que o modelo de gestão democrática há muito vem sendo discutido como uma fórmula para a resolução dos problemas de ordem administrativo e pedagógico da escola.

Avaliando o documento Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), encontramos as palavras descentralização, democracia e autonomia que aparecem como forma de dar conta da burocracia do Estado frente à gestão da escola.

No item que trata sobre a autonomia da função educacional, o Manifesto afirma que será difícil à educação realizar a tarefa de formação integral, estando subordinada á interesses transitórios e partidários. Chama ainda a atenção para a necessidade de uma autonomia técnica, administrativa e econômica.

Quanto à descentralização o Manifesto afirma: “A organização da educação brasileira unitária sobre a base e os princípios do Estado, no espírito da verdadeira comunidade popular e no cuidado da unidade nacional, não implica um centralismo estéril e odioso, ao qual se opõem as condições geográficas do país e a necessidade de adaptação crescente da escola aos interesses e exigências regionais” (p.13). Desta forma, entendemos que a descentralização deve ser feita considerando os “Brasis” dentro do Brasil e da realidade de cada unidade de ensino. E nesse sentido, Lück analisa: [...] “o movimento de descentralização na educação é internacional e está relacionado com o entendimento de que apenas localmente é possível promover a gestão da escola e que sendo a escola uma organização social, qualquer esforço de centralização está fadado ao fracasso” [...] (LÜCK. 2000 p.17)

No artigo 3º, da Lei de Diretrizes e Base da Educação n. 4.024/1961, afirma que “O direito à educação é assegurado pela obrigação do poder público e pela liberdade da iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus”. Assim, é possível perceber a utilização da educação como mercadoria e os cidadãos como consumidores, é o Estado “descentralizando” a educação, passando para a iniciativa privada e diminuindo assim sua responsabilidade.

Santos, FF (2008), analisa que na década de 1980, com o fim do regime militar e através dos movimentos sociais a “redemocratização” torna-se um anseio e a proposta da gestão democrática da educação ganha corpo, com o ideal de uma escola que possibilite a participação popular. Assim, na Constituição Federal de 1988, a Gestão democrática da educação fica estabelecida como princípio. A autora chama atenção ainda para o fato de embora o anseio da população por direitos sociais, o neoliberalismo impõe a reforma do Estado. E no texto final do documento acaba prevalecendo a proposta dos grupos que tinham interesse na privatização da educação e não tinham interesse na participação da comunidade escola. Contrariando o anseio dos grupos que defendiam a escola pública, na qual a comunidade pudesse participar.

Com esse pequeno passeio nos caminhos da gestão democrática da educação, devemos refletir que Gestão democrática e que educação nós queremos, que intenções estão nos documentos oficiais e nas políticas educacionais, quais as nossas intenções cada vez que entramos na sala de aula e qual a nossa postura como professores e cidadãos.

Análise das reflexões dos professores do CEFET/Eunápolis sobre a Gestão democrática da educação

Antes de analisarmos o resultado da pesquisa é importante situar um pouco o leitor no processo eleitoral do CEFET/Ba e na Unidade de Eunápolis. A eleição para diretoria geral do CEFET/Bahia foi realizada em 2000 e 2001. Porém, a diretora escolhida pela comunidade não assumiu o cargo, uma vez que a legislação preconizava a lista tríplice e cabia ao Ministro da Educação a escolha daquele que mais convinha politicamente. No final de 2005, através de uma eleição direta, que ocorreu em 14 de dezembro e com a revogação da lista tríplice pelo governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, a diretora eleita finalmente tomou posse se comprometendo com a gestão participativa. A partir daí aconteceram eleições diretas nas demais unidades de ensino. No CEFET/Eunápolis a eleição para a diretoria se deu em agosto de 2006, tendo direito ao voto: professores, alunos e funcionários técnico-administrativos.

Posto isso, iniciaremos então a análise dos questionários recolhidos. Na 1ª questão foi solicitado aos professores para refletirem e responderem sobre o que garante a gestão democrática de uma unidade de ensino. Assim, dentro das respostas dos participantes foram identificadas as seguintes palavras e expressões convergentes à Gestão democrática: participação; eleição; transparência; abertura com a direção geral e discussão.

A participação é um dos princípios da gestão democrática e pode ser encontrada no 3º artigo da Lei de Diretrizes de Base n.9.394/96 (BRASIL, 1996). No entanto, devemos lembrar que a lei não é auto-aplicável é preciso que sejam estabelecidos meios para a participação dos sujeitos, ou seja, diretor, professores, coordenadores, pais, alunos, funcionários e a comunidade a qual a unidade de ensino está inserida.

Para Santos, ALF (2006, p.4) citando Ferreira (1999, p.11) participar passa pela a inserção do indivíduo de forma coletiva e efetiva, opinando e participando das tomadas de decisão, planejamento e execução, sendo assim um processo dinâmico e ativo. Desta forma, é um trabalho de pessoas que analisam, decidem e agem sobre as situações num processo de construção de uma escola como uma organização social e não isolada como uma ilha.

Dentre aqueles que fizeram referência à participação, um professor usou a seguinte frase: *“Uma estrutura organizacional compatível, isso é, que garanta os espaços de participação dos sujeitos (espaços colegiados)”*. Assim, é possível perceber a preocupação com a participação de toda a comunidade escolar.

Devemos entender que a comunidade escolar envolve toda a equipe administrativa (técnico-administrativos), financeira, pedagógica (professores, coordenadores,diretor...), alunos, pais (família) e a comunidade local. Não basta dizer que a comunidade pode participar, é preciso criar os espaços e garantir sua participação. É preciso criar um ambiente participativo na qual as pessoas possam se sentir parte de uma realidade. A comunidade precisa conhecer o que é e qual a Gestão democrática que queremos, para ser envolvida e ter consciência do seu papel.

Para Bento e Longhi, a participação da comunidade escolar deve estar focada “para a melhoria da prática educativa e transformando ideais e concepções em movimentos de ação importantes e fundamentais para o

processo de construção” BENTO e LONGHI (2006, p 174). É, portanto, preciso garantir espaço de participação e decisão para discussões e negociação, possibilitando assim a gestão democrática.

A eleição do diretor da escola é um mecanismo de participação em uma unidade de ensino. O diretor pode ser escolhido por indicação pelos poderes públicos; diretor por carreira; diretor aprovado em concurso público; diretor indicado por listas tríplices e por eleição direta.

A indicação do diretor de uma escola se fundamenta na prerrogativa do gestor público em fazer a indicação como um cargo de confiança da administração pública, consolidando a prática de favoritismo e de troca de favores. Desta forma, o diretor corre o risco de “transformar a escola em um espaço instrumentalizado de práticas autoritárias e mecanismos de barganhas políticas as mais diversas, evidenciando forte ingerência na gestão escolar” (BRASIL, 2004). Este tipo de escolha do diretor vai na contra mão da proposta de gestão democrática, pois nega a participação da comunidade escolar.

A escolha do diretor por meio de concurso público é um mecanismo que embora seja aceito por alguns, deve ser repensado, pois a gestão deve estar além da dimensão técnica. A gestão é acima de tudo um ato político.

De acordo com Paro (2004), o concurso público para o cargo de diretor é justo, pois há uma concorrência igual. Por outro lado, ele chama a atenção para o fato de que também é injusto, uma vez que a comunidade escolar não pode participar desse processo de escolha.

Quando um diretor de escola é colocado no cargo por indicação temos ainda há esperança de caso ele não faça uma boa gestão (entendida aqui como uma gestão participativa, não autoritária e não clientelismo), que a deixe em um determinado momento. Enquanto na escolha por concurso público, corremos o risco de estarmos presos por muito tempo a um técnico e simples administrador. Quanto à escolha do diretor por eleição direta, ainda parece a forma mais justa, pois proporciona a participação e a conquista de decisão sobre os destinos da escola. Lembrando que só a eleição direta não garante a gestão democrática da educação é preciso garantir outras formas de participação. É preciso que a comunidade escolar assuma o compromisso de participação e de acompanhamento das práticas.

Lück (2000,p.3) citando Paro (1996, p.130), chama atenção que a eleição não garante as relações harmoniosas na escola e nem o desaparecimento das práticas de clientelismo. Não há garantia do fim dos conflitos. Com a democracia eles apenas vêm à tona e desta forma precisam ser resolvidos pelas pessoas.

Desta forma, devemos pensar numa gestão democrática que garanta o diálogo e a comunicação. Assim, identificamos nas respostas dos professores as palavras: abertura; discussão e retroalimentação.

Oliveira e Longhi apontam o diálogo como instrumento para que os sujeitos da escola possam trocar impressões sobre a realidade. Para os autores, “A prática do diálogo favorece o desenvolvimento cognitivo e o conhecimento. Através da interpretação da realidade, os atores educacionais poderão encontrar subsídios para experienciar uma construção social do conhecimento mais humanizadora” (OLIVEIRA e LONGHI, 2007, p.3).

Neste sentido, Paulo Freire afirma: “O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos” (PAULO FREIRE, 1983, p. 28). E ainda nos chama a atenção para o fato de que na comunicação não há sujeito passivo.

Ferreira (2004) citando Cury (2002, P.165) também reforça a importância do diálogo na gestão como forma de encontro das pessoas e ao mesmo tempo a resolução dos conflitos. Assim, pensar em diálogo, comunicação, retroalimentação e abertura, é pensar na superação das diferenças e a construção de relações humanizadoras.

Na 2ª questão foi solicitado aos professores para refletirem e responderem sobre quais os mecanismos e procedimentos que garantem a Gestão democrática da educação. Assim, foram identificadas as seguintes palavras que convergem á gestão democrática: eleição; autonomia; participação; organização do trabalho pedagógico; transparência; bom relacionamento.

Pensar em Gestão democrática da educação é pensar na transparência desse processo. Transparência na construção e organização do trabalho pedagógico, administrativo, das ações do gestor e até nas relações interpessoais.

Strider (2004) ao tratar do tema transparência democrática cita Bobbio (2000) e aponta a democracia como sendo [...] “o governo do poder visível e nele nada pode permanecer confinado no espaço do mistério. Por isso, define o governo da democracia como o governo público em público”. (Bobbio, 2000, p. 98) apud Strieder (2004, p.179). Destacando assim, a transparência e visibilidade quer seja dos recursos financeiros e materiais, quer seja nas atividades administrativas e pedagógicas.

Nesse sentido, Lück afirma que: “a autonomia e transparência implicam em abrir a caixa-preta da escola, para a comunidade e a do sistema de ensino para a sociedade”. Lück (2000, p 26). Assim, a transparência e a democracia só poderão ser conseguidas pela participação dos sujeitos da escola, ou seja, professores, alunos, diretor, funcionários, pais e comunidade local para se efetivar a autonomia da unidade escolar.

Ainda apoiada em Lück (2000), a autonomia está associada à descentralização e é um dos conceitos mais mencionados nos documentos oficiais do Ministério da Educação, estando este conceito relacionado com as tendências mundiais da globalização. Assim, a autonomia na escola passa a ter caráter de autogoverno, de resolução dos próprios problemas e não na decisão do seu destino. Vendo sob essa perspectiva, a escola seria um sistema independente, que não necessitaria nem do governo e nem da comunidade, o que seria irreal uma vez que a escola é uma organização social.

O artigo 15º da LDB/96 faz referência a autonomia na dimensão administrativa, pedagógica e financeira que deve ser assegurada pelos sistemas de ensino. Sobre as dimensões da autonomia, Lück (2000, p24) ainda acrescenta a dimensão política. Assim, os 04 eixos devem se desenvolver de forma concomitante, interdependente e se reforçarem reciprocamente. Afirma ainda, que a autonomia se constrói com autoridade intelectual, política, social e técnica, sem qualquer um desses elementos há um comprometimento da autonomia da escola e da sua função. Assim, devemos conceber autonomia um processo que se constrói coletivamente.

Desta forma, não devemos pensar na autonomia dos sujeitos isolados, mas numa autonomia da escola. Daí a importância da participação, envolvimento e responsabilidade da comunidade. E nesse

processo há necessidade de amadurecimento dos sujeitos, traduzido em respeito, confiança, ética, em nome de uma educação de qualidade.

Retornando a análise do questionário preenchido, quando os professores trazem à tona a expressão “*organização do trabalho pedagógico*” como um dos mecanismos para a Gestão democrática da educação, trazemos a análise de Santos, ALF (2006) que destaca a importância do Projeto Político Pedagógico e do Conselho escolar como espaços para a definição das ações para a educação que se deseja.

Assim, temos no Projeto Político Pedagógico mais um mecanismo para a efetivação da Gestão democrática. Zalmora Garcia (2001) vai mais longe e coloca a Gestão democrática como exigência para a legitimidade do Projeto Político Pedagógico e vice-versa. Um Projeto Político Pedagógico não tem legitimidade se associado à uma gestão autoritária e centralizadora.

Desta forma, devemos lembrar que a organização do trabalho pedagógico não é algo que ocorre de forma natural e por acaso. É um processo intencional e organizado, que deve ser construído a partir da participação de todos nas decisões, tendo em vista a “transmissão e reelaboração dos conhecimentos sistematizados pelas gerações anteriores” Bartinck (2003, p.34). Assim, o Projeto Político Pedagógico é um plano que dá um norte, define ações e está vinculado aos interesses sociais.

Neste sentido, Longhi e Bento (2006) analisam que “a ideologia em relação ao tipo de sujeito que a escola pretende formar dá o tom político ao projeto”(Longhi e Bento, 2006, p 173). Desta forma, na sua dimensão política, o Projeto Político Pedagógico tem o compromisso com o cidadão para a sociedade que se quer, ou seja, a formação dos sujeitos para uma prática emancipatória ou de sujeitos para a prática de repetição de conteúdos.

Retornando as reflexões de Bartinick (2004) a autora aponta a compreensão das relações de poder, o envolvimento dos professores, gestor e equipe administrativa como fundamental no processo de estudo e elaboração do Projeto Político pedagógico. É preciso o hábito do estudo coletivo, que todos estejam abertos a ouvir, a comunicar suas idéias e fazer/receber críticas, e que definem prioridades nas ações.

Na 3ª questão, foi solicitado aos professores para refletirem e responderem sobre quais as vantagens da gestão democrática para a

educação. Assim, foram identificadas as seguintes palavras e expressões convergentes á gestão democrática: “Discussão sobre as decisões (financeira e trabalho pedagógico)”; “Gerir melhor a verba”; “Maior participação”; “Formação cidadã”; “Construção do conhecimento”; “Valorização do docente”; “Formação crítica-reflexiva”.

Libâneo (2005), nos fala que o tema democratização da escola tem estado muito em voga e que tem sido encarado sob diferentes formas. Astuciosamente os Órgãos oficiais têm pregado e proporcionado para que toda camada popular tenha acesso ao sistema escolar, no entanto, não oferecem as condições mínimas para a permanência do aluno. Segundo ainda o autor, para uma fração de educadores a democratização da escola está sendo limitada á “mudança dos processos de decisão no âmbito do sistema escolar”, o que é insuficiente pensar desta forma, pois, “é preciso democratizar o conhecimento”, além de democratizar os espaços decisórios.

Assim, democratizar o ensino é ajudar o aluno a ter domínio da comunicação sob as diversas formas, dominar o conhecimento elaborado, “ajudar na formação da sua personalidade social e na sua organização enquanto coletividade”. (LIBÂNEO, 2005, p 11 - 12)

Desta forma, não basta pensar em Gestão democrática apenas como forma de participação nas decisões. É preciso pensá-la como meio para alcançarmos a cidadania, como consciência dos nossos direitos e deveres. E como professores é preciso exercer nossa cidadania buscando melhores condições na formação de pessoas cõscias dos seus direitos e deveres.

Numa Gestão democrática o professor poderá ter maior autonomia para trabalhar o conteúdo significativa possibilitando assim a formação de aluno crítico-reflexivo, independente, questionador, capaz de refletir sua realidade e transforma-la. Podendo assim, o aluno se apropriar de um saber produzido, sistematizado e significativo para a sua cidadania. E para se formar um aluno reflexivo é importante que o professor também seja crítico e reflexivo sobre a sua prática pedagógica.

Devemos ver a democracia como um processo a ser construído, “que implica na mudança das estruturas da sociedade, na reorientação da política de produção e do desenvolvimento, na reinvenção do poder, na justiça, requer

também o desenvolvimento dos gostos democráticos que não se faz com palavras desencarnadas, mas com reflexão e prática” (FREIRE, 1983, p. 61).

Só aprende a democracia praticando a democracia. Assim, não haverá democratização da escola enquanto os sujeitos que tiverem acesso ao sistema escolar, lá não permanecerem e não tiverem uma formação significativa, transformadora e emancipatória. E é neste cenário de Gestão democrática que praticaremos a cidadania, nos sentiremos mais valorizados como professores e mais conscientes dos nossos deveres.

Quando destacamos a valorização do professor como uma das vantagens da Gestão democrática, é importante fazer uma reflexão sobre que aspecto queremos ser valorizados. Devemos lembrar que no Brasil, a desvalorização do professor tem suas raízes na divisão social do trabalho e se manifesta conforme os contextos históricos da sociedade. E que nas últimas duas décadas, os professores têm se organizado para legitimar os seus direitos, com o envolvimento dos movimentos sociais organizados em defesa de uma escola pública de qualidade.

Assim pensar na valorização do trabalho docente pressupõe pensar nas condições de trabalho; na remuneração; plano de carreira; jornada de trabalho com tempo destinado para a formação permanente e para a organização do trabalho pedagógico; para a participação nos processos decisórios; autonomia.

Numa Gestão democrática há uma divisão do trabalho docente, ou seja, a organização do trabalho é discutida e não imposta de cima para baixo, podendo assim o docente pensar e elaborar um projeto que dê rumo à educação. Temos a oportunidade de uma organização coletiva e responsável para uma formação docente de qualidade, por melhores condições de trabalho, por salários mais dignos, por escolas com melhores estruturas, com funcionários de apoio...

Ainda dentro dessa questão sobre as vantagens de uma Gestão democrática foi identificada a seguinte fala de um professor: *“A adequação do perfil de cada curso a realidade local visando o mercado de trabalho focado nas pesquisas de demanda”*. Entendo o quanto é importante a escola está afinada com a realidade local, pois esta é uma instituição social. No entanto, é preciso ficar atento para o jogo de palavras do neoliberalismo e não esquecer como ele utiliza os conceitos, as categorias e as palavras transformando-os e

resignificando-os para atender às suas necessidades. Assim, ao se falar em *“adequar o curso à realidade local visando o mercado de trabalho”*, há de se ter cuidado, pois esse é um discurso neoliberal, que atrela a educação escolar ao preparo para o mercado de trabalho, para a competitividade (desumana) e a flexibilidade. É preciso formar o homem para o mundo, para o exercício pleno da cidadania e para a solidariedade.

Na 4ª questão foi solicitado aos professores para refletirem e responderem sobre de que forma o professor pode atuar na Gestão democrática, sendo assim identificado as palavras e expressões convergentes à Gestão democrática: participação; reivindicação dos direitos; cumprir os deveres; conhecer os procedimentos administrativos; postura pró-ativa; adequação do conteúdo à realidade e desempenho do aluno; formação crítica-reflexiva; garantia de abertura em sala de aula; participação na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico.

Para uma Gestão democrática da educação é preciso que todos os sujeitos e em particular o professor tenha claro o seu papel e o seu dever na construção de uma escola democrática.

Rios (1992) traça uma relação entre dever e competência, conhecimento, poder e querer. Para a autora, não se pode falar de competência sem mencionar o dever como exigência para o desempenho do seu papel. Para ser competente o professor deve cumprir o seu dever, devendo, portanto trabalhar para conseguir uma educação de qualidade. “É preciso ter conhecimento. Conhecer o dever e, mais ainda conhecer conteúdos e técnicas que propiciem o cumprimento do dever” (Rios, 1992, p.76). Podemos assim pensar que não basta conhecer a sua disciplina, entrar na sala de aula “dar” o conteúdo, virar as costas e ir embora. É preciso que o professor conheça a instituição onde trabalha, conheça os mecanismos administrativos e tenha consciência dos seus deveres técnicos e pedagógicos. Para finalizar a autora aponta a articulação entre o querer e o dever. Pela vontade se atende a exigência do dever. Assim, o professor precisa ter o domínio do saber pedagógico e conhecer a organização da instituição onde atua e os procedimentos técnicos administrativos.

É importante que no cumprimento do seu dever o professor faça uma reflexão sobre a sua autoridade em sala de aula. Carvalho (2004) afirma que

sendo a escola uma instituição social, os indivíduos têm papéis sociais diferentes e ignorar esse fato pode ser prejudicial para o funcionamento da escola. Desta forma, numa democracia professor e aluno precisam estar cientes dessas diferenças hierárquicas. É o professor que tem o conhecimento escolar que os alunos não têm.

Sendo assim, a autoridade é dever e responsabilidade do professor. Democracia é, pois reconhecer a necessidade da autoridade e da hierarquia.

Ao analisar a expressão do professor: *“adequação dos conteúdos à realidade e desempenho do aluno”*, é importante fazermos uma reflexão sobre que tipo de adequação e sobre que tipo de realidade. É preciso lembrar que as palavras são importadas das lutas sociais e são utilizadas para atender ao fim do neoliberalismo tomando assim novos significados. De acordo com Mercado (1995), os conteúdos estão relacionados com a escola desde sua criação, tendo esta o papel de transferir os conteúdos sistematizados.

Ao se falar em trabalhar com a realidade do aluno há de se ter cuidado, primeiro por ser esse conceito relativo, segundo é preciso ter claro o caráter ideológico desse conceito e terceiro deve se considerar a cultura popular, porém é imprescindível o conteúdo sistematizado.

Assim, ao usar a expressão *“adequar o conteúdo com a realidade do aluno e seu desempenho”* devemos refletir sobre o caráter assistencialista e conseqüentemente antidemocrático contido na expressão.

Considerações finais

A Gestão democrática é um processo que se aprende e que se constrói. Não é algo que é imposto ou recomendado: “a partir de amanhã essa escola será democrática”. É preciso ter “gosto democrático”, aprender democracia vivenciando a democracia. Não é o começo e nem o fim. É um meio para as nossas conquistas. Exige trabalho, dedicação, respeito, comprometimento, autoridade, responsabilidade e muito querer. Não é a panacéia para todos os males da educação e da escola.

Cristovam Buarque (2007), no seu “Manifesto da Nossa causa - comum: o educacionismo”, nos convida para sermos o “anjo torto”, aquele que é diferente; que fica indignado diante das injustiças; que não aceita a dominação de uma nação sobre a outra; que reage diante da divisão dos povos; que não

aceite a opressão e o autoritarismo. E a cada dia o anjo “faz essa recomendação a homens e mulheres”.

Mas ele nos fala que nem todos recebem o sopro do anjo. A maioria prefere se acomodar e ficar calado diante do mundo. Outros assumem a postura de manter a estrutura social e não mudar e poucos atendem ao chamado do anjo “de se engajar na luta social pela transformação do mundo”. Se a gestão é autoritária ou democrática, é importante que os professores tenham claro que tipo de sociedade se quer e a quem servirá a educação que propomos.

Referências

ANDERSON, P. **Balço do neoliberalismo**. In GENTILI, Pablo (org). Pós-liberalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BARTNIK, H.L.S.. As relações de poder e a organização do trabalho pedagógico. **Revista Ciência & Opinião Curitiba**, v. 1, n. 2/4, jul. 2003/dez. 2004. Disponível em: <<http://www.cienciaeopinio.unicenp.edu.br>>. Acesso em: 28/05/2008.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei nº 9394 de 20.12.96**. Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 25/05/2008.

BRASIL, **Lei nº 4.024/61**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1961. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/.../lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>>. Acesso em 25/05/08.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica Conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor / elaboração Ignez Pinto Navarro... [et al.]. – Brasília: MEC, SEB, 2004.

BUARQUE, C. **Nossa causa comum: o educacionismo**. Escola igual para todos. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.cristovam.org.br>>. Acesso em 30/05/2008.

CABRAL N. A ; RODRIGUES, J. I. F. Gestão democrática da escola: mecanismos institucionais e sua aplicação em escolas públicas do estado do Rio Grande do Norte. In: Conferência Internacional: **educação, globalização e cidadania - novas perspectivas da sociologia da educação**, 2008, João Pessoa. Disponível em: <<http://www.socieduca-inter.org>>. Acesso em: 28/05/2008.

Carvalho, J.S.F. “Democratização do ensino” revisitado. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 327-334, maio/ago. 2004.

FERREIRA, N.S.C. Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na “cultura globalizada. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 89, p. 1227-1249, Set./Dez. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 23/05/2008.

FREIRE, P.. **Extensão ou comunicação?** 8 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

_____. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo, Olho d’água, 1997.

ZALMORA, B. G. **Projeto político-pedagógico, autonomia e gestão democrática da escola: uma perspectiva Habermasiana**. In: Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI. Carlos Alberto Torres. CLACSO. 2001. ISBN: 950-9231-63-0. Disponível em: <www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar> . Acesso em 01/06/2008.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**. A pedagogia crítico social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2005.

LONGHI, S.R.P; B.ENTO, K. L. Projeto político-pedagógico: Uma construção coletiva. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**. v.3 .n. 9. jul.-dez./2006. ISSN 1807-2836. Disponível em <<http://www.icpg.com.br/hp/revista>>. Acesso em 23/05/2008.

LÜCK, H. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. **Em Aberto**. Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000. Disponível em: <[HTTP: http://www.inep.gov.br/pesquisa/bbe-online/lista_artigos](http://www.inep.gov.br/pesquisa/bbe-online/lista_artigos)>. Acesso em: 10/06/2008.

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. A reconstrução educacional no Brasil. Ao povo e ao governo. 1932. Disponível em: <<http://www.escolanova.net/pages/manifesto>>. Acesso em; 24/05/2008.

MERCADO, L.P.L. A questão dos conteúdos numa metodologia histórico-crítica. **Revista Educação**. n .3. dez. Maceió, 1995. Disponível em: <<http://www.cedu.ufal.br/Revista/Revista>>. Acesso em 10/06/2008.

NAVARRO, I. P. et al. **Conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica Brasília : MEC, SEB, 2004.

OLIVEIRA, O.S; LONGHI, S.M.. **Gestão democrática da escola pública: reflexões da comunidade educativa sobre participação e diálogo**. Disponível em: <<http://www.isecure.com.br/anpae>>. Acesso em 01/06/2008.

PARO, V.H.. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2004.

PASQUALOTTO, L.C. Capitalismo e educação. **Revista Faz Ciência**. v.8. n.1. pp. 325-342. ISSN 1677-0 439. Universidade do Oeste do Paraná. Paraná, 2006. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/projetos/fazciencia>>. Acesso em 10/06/2008.

RIOS, T.A. **Significado e Pressupostos do Projeto Pedagógico**. Série Idéias. n.15.p. 73-77. São Paulo: FDE, 1992.

SANTOS , A.L.F. Gestão Democrática da Escola: bases epistemológicas, políticas e pedagógicas. In: 29ª Reunião Anual da ANPED, 2006, Caxambu. **Anais da 29ª Reunião Anual da ANPED**, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes>> Acesso em: 25/05/2008.

SANTOS, F.F. Gestão democrática: concepções teórico-práticas dos docentes da educação básica pública do município de Marília. **Revista Urutagua – revista acadêmica multidisciplinar**. n.14. dez -07/Jan/Fev/Mar 2008. ISSN – 15196178 Paraná., 2008.

SILVA, T.T. **O Projeto educacional da nova direita e a retórica da qualidade total**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (Org). Escola S.A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.

STRIEDER, Inácio. **A transparência democrática**. Revista Filosofia UNISINOS. v.5. jul/dez, 2004. Biblioteca virtual sobre corrupção. Universidade

do Vale do Rio dos Sinos. Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em:
,<http://www.bvc.cgu.gov.br/bitstream>>. Acesso em: 26/05/2008.

Anexo 1

Reflexão do professor sobre Gestão democrática da educação

Idade _____ Tempo de docência _____

Área:

1 – O que garante a gestão democrática de uma unidade de ensino?

2 - Quais os mecanismos e procedimentos que garantem uma gestão democrática da educação?

3 – Quais as vantagens da gestão democrática para a educação?

4 – De que forma o professor pode atuar na gestão democrática da educação?

Anexo 2

Autorização para participação em pesquisa

Através deste documento, manifesto minha concordância em participar de uma pesquisa científica que está sendo desenvolvida pela aluna **Maria Emília dos S. Gonçalves** do Curso de Especialização em educação profissional integrada à educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos do Centro Federal de Educação Federal da Bahia sobre o tema “**Reflexão dos professores do CEFET/Eunápolis sobre gestão democrática da educação**”.

Declaro que fui devidamente esclarecido (a) sobre os objetivos do trabalho e dou minha autorização para as informações por mim fornecidas sejam utilizadas para fins de pesquisa e ensino, assim como para a divulgação em revistas científica, jornais, congressos, internet, palestras, tanto no país como no exterior, desde que sejam respeitados princípios éticos e seja garantido rigoroso anonimato e sigilo sobre as informações prestadas.

Estou ciente de que esta pesquisa está sendo orientada por professores do **Centro Federal de Educação Tecnológica**, devidamente qualificados para isso. Estou ciente, igualmente, de que, participando desta pesquisa, estou prestando uma relevante contribuição para o desenvolvimento do conhecimento científico, como também, para a formação profissional do aluno que participa deste trabalho.

Eunápolis, _____ de _____, 2008

Assinatura.